

**LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO**Deu Chapa 2
na eleição
para os conselhos

*

Ministério Público
traça metas
para a PUC-SP

Consun e Fundação divergem sobre propostas

A semana passada foi marcada pela duplicidade de deliberações sobre o contrato docente. De um lado, o Conselho Universitário havia deliberado, em sua reunião de 28/6, que os docentes contratados em substituição aos demitidos deveriam (se houvesse necessidade) ser recontratados entrando em período probatório, mas recebendo o salário de auxiliar de ensino.

A Fundação São Paulo não concordou com esta decisão e, em nota divulgada na sexta-feira, 30/6, decretava que os professores substitutos poderiam ser recontratados por um período de até 24 meses, porém com os salários determinados pela tabela divulgada em março de 2006, onde os valores são sensivelmente menores.

Na terça-feira, 4/7, conforme relatou a professora Bader Sawia no Cepe, aconteceu um encontro entre conselheiros do Consun e Fundação São Paulo, onde esta alegou que a PUC-SP não teria condições de arcar com os gastos se tais professores entrassem com o salário de auxili-

ar de ensino, o que representaria cerca de R\$ 100 mil a mais no orçamento. A professora Madalena Peixoto, diretora do Centro de Educação, teria explicado a situação e até a sua ilegalidade para o padre José Rodolfo Perazzolo. Desta forma, o secretário-executivo pediu um relato apurado dos gastos com a recontração dos docentes para que a discussão fosse encaminhada numa próxima reunião da Fundação São Paulo.

Sexta-feira, 7/7, foi o último dia de vigência dos contratos provisórios e, até o momento do fechamento desta edição, nenhum comunicado foi expedido pela Fundação São Paulo ou pela Reitoria.

Polêmica

O choque de poderes gerou polêmica entre alguns conselheiros do órgão máximo da universidade. O professor Dirceu de Mello, diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, afirmou ao *PUCviva* que seu ponto de vista vem sendo sustentado desde o iní-

cio da crise: “em primeiro lugar, sempre fui contrário às contratações de novos docentes, pois havia um recurso interposto na Justiça pedindo a reintegração dos mesmos. Contra o meu voto as contratações foram feitas e, já que elas aconteceram defendi que, por um princípio jurídico, os novos professores tinham que receber um salário igual aos atuais”. O professor sustenta ainda que o conflito atual redundou principalmente na atual composição da Secretaria Executiva da Fundação São Paulo que, contrariamente ao que prevê seu estatuto, tem hoje três secretários, quando deveria ter somente um.

Já para a funcionária Bernardete Maciel, a situação é complicada pois “a Fundação deveria ter convocado o Consun e não ter desrespeitado as normas democráticas da universidade não acatando as deliberações do Conselho”.

As decisões da Fundação e do Consun são discutidas também pelo professor Erson Martins de Oliveira no editorial desta edição.

Retorno da crise

A demissão de centenas de professores e funcionários, o aumento da jornada de trabalho com a maximização e os tais ajustes administrativos não resolveram a crise financeira da PUC. É o que a Reitoria tem explicado nas reuniões com representantes das unidades. O mesmo foi apresentado ao Consun, por meio de planilhas e demonstrativos financeiros. Não se tem precisão quanto à previsão, mas outubro e novembro são apresentados como momentos críticos. Como se vê, não sabemos o que nos espera no final do ano; ou que boa coisa não nos aguarda.

Os corredores da universidade voltam a sentir a ronda das demissões. O clima está sendo preparado, como foi untado nos meses finais de 2005. Não se pretende um raio no céu azul; assim, as nuvens carregadas de cores sombrias acumulam-se sobre o firmamento da PUC.

Estamos nas mãos dos banqueiros. O superávit primário deve ser muito maior do que o obtido com as medidas financeiras do ano passado. Um dos componentes do cozinheiro picante ainda está em implantação: o artigo 3, parágrafo único da deliberação 12/05, que instituiu a contratação do "quadro probatório", que determina três faixas salariais - auxiliar de ensino (R\$ 2.600); mestre (R\$ 2.900) e doutor (R\$ 3.200). Estes números são os pratos especiais, as demissões foram contingências de entrada. Mas as cifras e os números estão interligados.

A última reunião do Conselho Universitário, que havia feito anteriormente uma concessão temporária, questionou a continuidade das faixas e aprovou que o "quadro probatório" fosse regido pelo salário recebido pelo auxiliar de ensino. A Fundação São Paulo desautorizou a decisão, no Of.FSP 010/2006, e republicou o quadro das faixas.

Vemos que a Fundação, para manter a intervenção e aplicar seu plano, acordado com dois bancos, necessita desmontar a estrutura de funcionamento da PUC-SP. É inevitável a transformação dos problemas financeiros e educacionais em problemas políticos.

Temos assinalado, com insistência, que a Fundação não pretende apenas equilibrar as finanças. Está empenhada em redesenhar o perfil da universidade - para usar termos da moda - no sentido de colocá-la nos padrões mercantis do sistema superior de ensino do País. Em função disso, está fazendo um desmonte em todas esferas, do trabalhista ao político, do administrativo ao educacional.

Se estivermos certos, passaremos por inúmeras fases de aplicação do plano e de crise.

O fato de os professores terem confiado à Reitoria a solução (maximização e primeira fase de demissões) e depois não terem resistido à intervenção permitiu que os planejadores e os executores da culinária escaldante tivessem as mãos livres para decidir sobre o cardápio.

O problema se coloca novamente. Vamos deixá-los à vontade? Ou organizaremos a luta contra a mercantilização? É preciso reavivar as assembleias!

Erson Martins de Oliveira,
Diretor da Apropuc.

CONSELHOS

Cepe divulga resultado de auditoria pública

Na reunião do Conselho de Ensino e Pesquisa (Cepe) da última quarta-feira, 5/7, foi apresentado o resultado de uma auditoria realizada pelo Ministério Público sobre a situação financeira e institucional da PUC-SP.

A auditoria apurou improbidades e corrupção, sendo que um caso grave foi encontrado e já está sendo sanado, segundo a vice-reitora acadêmica Bader Sawaia. Além disso, o Ministério traçou um plano de metas financeiras para a universidade, que deve ser aplicado até dia 31/12. Após esta data, a PUC-SP estaria sujeita a intervenção do Ministério e multa.

Entre os diagnósticos, foi mencionado que caberia à universidade apenas autonomia didática - a financeira seria da Fundação São Paulo. No entanto, Bader informou que este item será revisto, pois a PUC-SP deve ter autonomia acadêmica e também contábil frente à Fundação.

As principais recomendações do Ministério podem ser vistas no quadro abaixo. Alguns conselheiros demonstraram preocupação em relação a vários itens. "Está sendo posto por escrito o que a Fundação quer fazer", afirmou a conselheira Maria da Graça Gonçalves.

Novos cursos

O Cepe também se debruçou longamente sobre a questão dos novos cursos que serão abertos em Barueri e em outras unidades. Segundo alguns conselheiros, haveria um certo "atropelo" na forma como estes cursos vêm sendo discutidos. Sendo assim, foram debatidas novas metodologias e um calendário para analisar estes cursos na Comissão de Ensino. Também foi comentado que alguns cursos foram aprovados sem parecer, especialmente os tecnológicos.

As principais recomendações da auditoria

- Criar medidas para evitar perdas de receitas com dívidas e inadimplentes;
- Readequar o padrão salarial docente ao mercado, respeitando o padrão de excelência da PUC-SP;
- Adequar o salário dos funcionários ao usual;
- Controlar professores faltosos;
- Adequar as bolsas aos limites legais;
- Atualizar normas estatutárias;
- Fim do repasse de dinheiro da Fundação São Paulo para a Fundação Cultural;
- Aumento de alunos nos cursos superavitários;
- Enquadrar os acordos internos na Convenção Coletiva.

PUCviva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP. **Coordenação:** Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Divera. **Reportagem:** Jaqueline Nikiforos e Pedro Nogueira. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** apropuc@uol.com.br. **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. **Fone:** 3670-8004. **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - PUCviva na Internet: www.apropucsp.org.br.

Chapa 2 vence eleições para conselhos

Por 353 votos contra 334, a Chapa 2 (Ágora) venceu as eleições para a representação administrativa nos conselhos superiores da universidade. A vitória foi definida nas unidades de São Paulo, enquanto a Chapa 1 levou vantagem no câmpus de Sorocaba. Dos 1.196 funcionários com direito a voto, cerca de 735 (61%) compareceram às urnas.

Na primeira contagem registrou-se uma diferença de votos. Como o problema não alterava o resultado geral do pleito, os representantes das duas chapas concordaram em dar por encerrado o processo, que depois seria revisto pela Comissão Eleitoral. Feita a recontagem, constatou-se que a diferença entre as duas chapas diminuiu 41 votos, o que não foi aceito pela Chapa 2, que entrará com um pedido de sindicância. Segundo a funcionária Andréa de Melo, que faz parte do grupo, na recontagem não estavam presentes fiscais da Chapa 2, o que comprometeria a lisura do procedimento.

A chapa vencedora defende a representação efetiva dos funcionários nos conselhos superiores da universidade e, nesse sentido, propõe a criação de um grupo de discussão na Internet, a divulgação prévia das pautas dos conselhos, a elaboração periódica de relatórios, a socialização dos procedimentos e rotinas de trabalho nos colegiados e a participação em todas as reuniões de, pelo menos, todos os representantes com direito a voto.

Para Andréa, da Consultec – eleita como representante no Consun – o fato de boa parte dos novos conselheiros ter participação nas rotinas administrativas dos conselhos vai facilitar a representação dos funcionários. Para ela, a comunicação entre os funcionários deverá ser uma peça-chave no desenvolvimento do processo de representação. Por isso, a intenção é manter em funcionamento o blog www.chapaagora.blogger.com.br, para ouvir a comunidade sobre as questões discutidas nos conselhos.



FOTOS DE FÁBIO NASSIF



CENAS DA APURAÇÃO: No alto, o trabalho da Comissão Eleitoral; à esquerda, Andréa de Melo, funcionária eleita para o Consun; acima, a confraternização entre as duas chapas

Resultado final divulgado pela Comissão Eleitoral

	Chapa 1	Chapa 2	Branco	Nulos	Total
Sorocaba	82	68	3	7	160
Derdic	4	20	-	-	24
Monte Alegre/ Marquês	248	265	11	27	510
Total	334	353	14	34	735

Com relação às polêmicas que envolveram as decisões do Consun nos últimos tempos, principalmente as referentes ao contrato docente, a funcionária afirma que “a falta de negociação leva a decisões arbitrárias”.

Já para Anselmo Antonio da Silva, candidato à representação no Consun pela Chapa 1, a vitória da Chapa 2 foi legítima e ocorreu num pleito onde a representatividade foi alta. “Esperamos que a chapa realmente trabalhe em prol dos funcionários”, afirmou.

Nas próximas reuniões, um dos principais desafios que os novos conselheiros irão enfrentar diz respeito ao desconto dos dias parados na greve de 2004, que a Reitoria ainda pretende efetuar nos salários administrativos.

Os novos conselheiros assumem na reunião ordinária de cada conselho em agosto. O Consun tem uma reunião extraordinária para o dia 2/8, quando os funcionários serão representados pelos atuais conselheiros.

Quem são os novos representantes dos funcionários nos conselhos

Consun	CAF	Cecom
<p>Titulares</p> <p>Andréa de Melo Consultec</p> <p>Inácia Maria de V. G. Moreno CCMB</p> <p>Ronaldo Martins CGE</p> <p>Maria das Graças R. dos Santos Derdic</p> <p>Marcos Aurélio de Oliveira Pós-Graduação</p> <p>Carla Cristina S. Amor Divino Controladoria</p> <p>Suplentes</p> <p>Angela Maria Ribeiro Brito LIACC</p> <p>Isabel de Souza CCMB</p> <p>Marilene Santos Consultec</p> <p>Ronaldo Decicino Educ</p> <p>Rosana Alves Comfil</p> <p>Silvia Helena C. Dall'Aqua Cogeae</p>	<p>Titulares</p> <p>Daniel Watanabe Fac. de Psicologia</p> <p>Daniela Gracio R. Relva Fac. de Educação</p> <p>Fábio Vilar Rodrigues Consultec</p> <p>Reynaldo Machado ARII</p> <p>Edna Ribeiro Viana Contabilidade</p> <p>Ronaldo Alves de Ramos Derdic</p> <p>Suplentes</p> <p>José Luiz Marcassa APT</p> <p>Luciano da Silva Jorge Controladoria</p> <p>Rafael Rodrigues Cardoso Central de Cópias</p> <p>Ricardo Grande Beltellini Setal</p> <p>Rodrigo de Campos Pinto Cedic</p> <p>Rodrigo Varjão Tesouraria</p>	<p>Titulares</p> <p>Roseli Aparecida Monjola DSAS</p> <p>Judson de Carvalho Vieira JEC</p> <p>Marta de Los Santos Rojas Pós-Graduação</p> <p>Marcelo Nicoló TV PUC</p> <p>Rodrigo Marinho Cogeae</p> <p>Fernanda Aparecida Guirelli Ciências Sociais</p> <p>Suplentes</p> <p>Carlos Alberto S. de Souza Cogeae</p> <p>Donata A Campos de Barros Ouvidoria</p> <p>Edilene de Fátima Moretti FEA</p> <p>Helen Nepomuceno Biblioteca</p> <p>Regina Célia Ramalho Psicologia</p> <p>Reginaldo Ullysses Iório Derdic</p>

Esclarecimentos à comunidade da PUC-SP

A Comissão Eleitoral responsável pela eleição de representantes dos funcionários para os Órgãos Colegiados (Consun, CAF e Cecom) vem a público declarar que o processo eleitoral se deu de forma legítima e transparente, ainda que conturbada.

Repudiamos o desrespeito que se deu por parte de integrantes e simpatizantes da Chapa Ágora (Chapa 2) durante todo o processo eleitoral, dificultando, coagindo e pressionando, enfim, pondo em dúvida a honestidade e idoneidade dos membros desta Comissão.

Todo o processo eleitoral se deu sobre forte fiscalização das duas Chapas, sendo isso uma exigência da Chapa 2. Por isso, causa-nos estranheza a acusação de que o membro da Comissão Denis de Souza Silva tenha sugerido aos eleitores que escolhessem uma determinada chapa para votar, o que é uma calúnia.

Reafirmamos que durante o processo eleitoral não houve de forma alguma nenhuma proteção ou atitude tendenciosa por parte de qualquer membro da Comissão Eleitoral, e que todas as decisões tomadas foram de forma a garantir uma boa participação de toda a comunidade, e para isso não foram poupados esforços.

Lamentamos que tenha ocorrido esse fato negativo, dentro de um processo democrático, que só deveria enaltecer toda a comunidade pela ampla participação.

Finalizando, parabenizamos a chapa vencedora – Chapa 2 – e esperamos que todos os seus componentes tenham a mesma disposição para representar os funcionários desta universidade que tiveram para fiscalizar o trabalho desta Comissão Eleitoral.

Comissão Eleitoral